



A (in) visibilidade da violência contra crianças e adolescentes em registros institucionais

Âmela Silveira da Silveira, discente do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Maria Fernanda Avila Coffi, discente do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Dra. Monique Soares Vieira, docente do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, campus São Borja

Dra. Simone Barros de Oliveira, docente do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, campus São Borja

E-mail: amelasilveira.aluno@unipampa.edu.br

O presente resumo busca apresentar a violência contra crianças e adolescentes, enquanto um fenômeno cultural brasileiro perpetuado pela sociedade e legitimado pelo Estado, por meio da falta de estrutura e investimento em políticas públicas eficazes para o seu enfrentamento. A parcela da sociedade lida como infanto-juvenil, sofre cotidianamente com diversas formas de violência e violações, que muitas vezes passam despercebidas a olhares não muito atentos ou pela falta de efetividade na promoção dos direitos desses indivíduos pelo aparelho estatal. É necessária a compreensão de que a violência está presente historicamente como um fenômeno que afeta o corpo social como um todo. No entanto, alguns grupos minoritários são mais suscetíveis a sofrer de forma mais paulatina, as crianças e adolescentes fazem parte dessa parcela mais afetada. A pesquisa realizada teve como objetivo dimensionar as principais características desse fenômeno em uma cidade fronteira, de modo a vislumbrar as características da violência, das vítimas, da família e das/ dos autores da violência, utilizando para tal, a análise dos registros institucionais, sobre os atendimentos e encaminhamentos. A pesquisa foi qualitativa do tipo descritivo-explicativa. A amostragem foi do tipo intencional não probabilística, utilizando os registros institucionais entre os anos de 2016 e 2018/1. Entre os resultados da pesquisa, identificou-se que há uma subnotificação entre os dados de denúncia e de atendimento a crianças e adolescentes no ano 2017 na cidade pesquisada, além da inexistência e invisibilidade do abuso psicológico nos prontuários. Dentre os diversos tipos de violências, os maiores números encontrados foram de negligência, violência física, seguido de perto pela violência sexual. No que se refere ao gênero, o número de meninas que vivenciam violências no município ficam em 59%, já a faixa etária de maior incidência se modificou de um ano para o outro, sendo primeiramente de 2016/ 2017 de 12 a 14 anos e no ano seguinte de 03 a 08 anos. Quando se trata da relação com o autor da violência, 37% eram padrastos, 20,3% pais e apenas 6% foram desconhecidos. A raça das crianças e

adolescentes não consta nos autos, assim como qual é o perfil dos autores da violência. Por fim, conclui-se que há uma lacuna e barreira significativa na disponibilidade de informações a respeito da violência sofrida por crianças e adolescentes, que dificultam o processo de construção do conhecimento tão necessário para a criação de uma política pública municipal efetiva no que tange a violência infanto-juvenil na cidade.

Agradecimentos: Agradecimento a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI) pela concessão das bolsas oriundas ao edital AGP/2020.

Palavras-chave: Violência; Registros Institucionais; Subnotificação; Criança e Adolescente.